

AUTORITARISMO E AUTONOMIA: CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE

INTRODUÇÃO

Ao analisar o fenômeno do autoritarismo e as teorias que se elaboram sobre ele no Brasil, diz **QUARTIM DE MORAES** (1) que, perante a dificuldade de definir esse fenômeno, o que permanece como núcleo semântico mínimo do mesmo, inequivocamente atestável na prática da língua, é sua oposição à democracia.

Partindo dessa premissa, e verificando que o autoritarismo apresenta, ao lado do viés que poderíamos denominar de "político", uma faceta que caracteriza as relações sociais facetas esta que poderia ser denominada de "cultural" o presente trabalho pretende contribuir sobre o tema, propondo uma estratégia abrangente de ultrapassamento desse fenômeno através da instauração de práticas de autonomia nos diversos setores sociais, o que, em última análise, propiciará a autonomia da sociedade como um todo, nesse caminho submetendo o Estado a seus desíg-

SERGIO CADEMARTORI
Mestrando em Direito

nios; e simultaneamente, instaurando práticas não autoritárias isto é, democráticas nas relações sociais, dentro de uma matriz culturalmente diferenciada.

Postula-se assim uma ligação umbilical entre autonomia democracia, deixando esta última de ser apenas um conceito formal para transformar-se em prática cotidiana a orientar a tomada de decisões sociais e políticas.

I - AUTORITARISMO E CONTEXTO CULTURAL LATINO-AMERICANO

Pensar o autoritarismo é talvez pensar a cultura latino-americana em alguns de seus traços mais profundos e perversos: aqui erigimos uma civilização com o pecado original do etnocídio, a escravidão e as formas mais objetas de exploração do trabalho assalariado, dentro daquilo que se convencionou chamar de "capitalismo selvagem". Sociedades surgidas a partir de matriz cultural da contra-reforma ibérica, trazemos em nós a marca do excesso da normatividade que caracterizou a penetração colonial nesta parte do continente. Em sociedades como as nossas, marcadas pelo verticalismo das relações sociais, acompanhada por uma visão clientelista e patrimonialística da política, nada mais previsível do que uma seqüência interminável de ditadores pais da pátria, de oligarquias ferreamente apegadas a seus privilégios de casta e de massas famintas e analfabetas, deserdados da terra sem esperança e sem amanhã.

No campo do nosso imaginário social, estamos continuamente repondo o contexto originário de nossa formação cultural. No dizer de **CALDERÓN** (2) "Los tiempos del cristianismo colonial no son hechos muertos del pasado, son tiempos socioculturalmente reconsti-

tuídos, cómo sino explicarnos la presencia de furtos rasgos de carácter estamental y patrimonialista de nuestras sociedades, o cómo entender la presencia de élites políticas y militares de tan larga duración en casi todos los países de nuestro continente. . .” De outro lado, um profundo descompasso entre discurso e realidade: os revolucionários e próceres da independência sul-americana sofreram a influência das revoluções norte-americana e francesa, mas suas práticas políticas continuaram através do tempo marcadas pela ambigüidade. As antigas elites coloniais, agora republicanas em sua maioria, apresentavam uma dupla face: modernos e liberais na identidade que se construíram para legitimar sua relação com o mundo; e escravistas, feudais e brutalmente repressores em seu cotidiano relacional com os outros setores sociais, para organizar sua dominação.

Na América Latina, a industrialização mundial chegou não impregnada da ética protestante nem pela via prussiana, mas no quadro da penetração do capitalismo monopolismo internacional, como resultado da luta das grandes potências de então por mercados inexplorados. Em resposta a esse fenômeno, o populismo (Vargas, Perón, Herrera, Alvarado), ao promover uma industrialização endógena e a integração das massas urbanas ao mercado. Aparece como a criação mais genuinamente latino-americana de organização social. Este novo código de relacionamento político caracteriza-se pelo paternalismo, impregnado da idéia de que o Estado é a solução para os grandes problemas nacionais, característica primeira do pensamento autoritários na expressão de **QUARTIM DE MORAES** (3). A presença de grandes massas disponíveis para manipulação, ao lado de um líder carismático capaz de estabelecer com elas uma relação direta, sem intermediação dos mecanismo tradicional de represen-

tação política, veio a ser a tônica deste novo fenômeno político. Desenvolvidas sob o signo do clientelismo e da re-organização da sociedade em moldes cooperativos, as relações sociais e políticas implantadas pelos regimes populistas virão reforçar o autoritarismo desde sempre aqui presente: tornar-se-ão ditaduras "a serviço dos trabalhadores".

Com a queda dos dois expoentes máximos do fenômeno populista na América Latina (Vargas em meados da década de quarenta, a Perón em meados da década seguinte), seguem-se interregnos democráticos (mais aqui do que na Argentina), marcados por sucessivas tentativas de intervenção militar (recorde-se, sem ir mais longe, as frustradas tentativas de golpe em 1954, 55, e 61 no Brasil) finalmente consumadas em 1964 em nosso país em 1976 na Argentina.

II - O CASO BRASILEIRO

Cingindo-nos agora ao processo político nacional, e tentando uma análise a partir da ditadura militar em 1964, cabe recordar a lição de DREYFUSS (4), que mostra de forma exaustiva Ter esse movimento respondido mais à aspirações das elites conservadoras do país do que a interesses geo-estratégicos militares, aparecendo as Forças Armadas apenas como a ponta do "iceberg" onde se escondiam aquelas reivindicações. A modernização da economia brasileira a sua integração à economia internacional verificada no período dos governos militares se dá através da ação direta do Estado, seja intervenção aberta nas relações econômicas privadas, seja pela criação de uma economia estatal paralela (as empresas estatais). O Estado, em última análise, erigiu-se no

grande instrumento de formação de poupança, tanto pela captação direta de capital externo como pela repressão às tentativas das classes trabalhadoras de redistribuir a renda de uma forma mais eqüitativa entre capital e trabalho.

Vê-se assim que os grandes beneficiários do regime de força implantado em 1964 foram as elites econômicas civis, favorecidas por uma política estatal de autoritarismo oficializado. Na verdade, mesmo sob regimes aparentemente democráticos antes do período ditatorial 1964-1985, o autoritarismo esteve sempre presente nas relações entre as classes no Brasil. Recorde-se, por exemplo, a repressão a que constantemente esteve submetida a classe trabalhadora durante a república Velha (1889-1930). Ou então voltemos os olhos para a repressão cotidiana exercida pela polícia até nos porões das delegacias contra as classes populares, num país onde se diz que "rico não vai para a cadeia".

É lícito daí que o fenômeno do autoritarismo não se dá somente na esfera política; antes é mister procurar seus mecanismos básicos na sociedade. E, se aquilo que o define é a característica de ser antidemocrático, a luta para aboli-lo deve ser, antes de mais nada, uma luta pela democracia. Assim, concordo com **WEFFORT** (5) quando ele se propõe que a verdadeira revolução pela qual as classes trabalhadoras devam lutar no Brasil seja a implantação da democracia. Para ele, a construção da democracia teve até ares defensivos. E explica: "yo creo que el término defensivo" en el tratamiento teórico de construcción de la democracia resulta del hecho de que pesa sobre nosotros una tradición de valorización del Estado como agente intervención en la realidad social y no como expresión, como representación de la sociedad. (...) Es muy reciente en América Latina el intento de

ver problema de la política los movimientos sociales, desde las classes sociales, desde los distintos segmentos de la sociedad, desde la sociedad civil en general." (6). Assim, conclui que o ideal democrático deve ser empunhado pelas forças sociais progressistas como uma bandeira de luta, adotando para implantá-lo uma tática ofensiva. A democracia deve passar a ser então a meta deste momento histórico.

III - AUTORITARISMO E AUTONOMIA

Cabe aqui, por relevante, trazer à baila as análises teóricas de Gramsci, quem ao analisar o fracasso das estratégias revolucionárias nas sociedades européias ocidentais, constata que esse fracasso aconteceu pelo fato de os movimentos revolucionários visarem antes a tomada da sociedade política (composta pela burocracia e aparelhos repressivos, e lugar do exercício da dominação estatal), em vez de tem por meta conquistar a hegemonia (direção cultural) da sociedade civil (aparelhos culturais e de representação social e política). De fato, ao comparar o contexto societal russo de 1917 com as sociedades ocidentais coetâneas, verifica que naquele havia um Estado czarista onipresente que tudo permeava e tudo atingia através de uma vasta rede burocrática ao lado de uma sociedade civil "gelatinosa"; ao passo que no ocidente, a sociedade política está fortemente travejada por uma sociedade civil complexa e articulada. Então, para obter a mudança do todo social numa sociedade como a italiana (e a brasileira) não bastaria a tomada da sociedade política, mas antes se faz necessária a conquista da hegemonia na sociedade civil por parte da classe trabalhadora.

Como já referido acima, o fenômeno do autoritarismo apresenta-se no Brasil sob uma dupla face: de lado, na crença indiscriminada de que o Estado é capaz de resolver todos os problemas da sociedade; de outro, nas relações sociais, fruto de uma sociedade profundamente desigual e de uma tradição cultural anti-igualitária. Assim, entendo que para combater esses dois tipos de autoritarismo simultaneamente sendo essa simultaneidade a condição de eficácia do combate temos de reivindicar a criação de esferas de autonomia dentro da sociedade, isto é, de criar espaços de representação social que fujam aos canais institucionalizados. Espaços que ao mesmo tempo sejam pólos de aglutinação de interesses particulares e grupais dos diversos segmentos sociais, interesses que hoje estão canalizados através dos partidos políticos, o que lhes desvirtua a função de representar a universidade. Espaços, enfim, que, a nível do imaginário social, criem as condições para os homens se erijam em sujeitos da ação política.

Paralelamente, a nível institucional, ao lado da representatividade política é necessário a criação de mecanismos de participação nos diversos níveis da administração por parte daqueles que são diretamente afetados pelas decisões burocráticas. Enfim, reivindicar canais de representação que oxigenem o espaço político.

Desta forma, entendo que somente através de reorganização da sociedade movida pela idéia de autonomia poderemos estabelecer uma ordem democrática que leve em conta os diversos atores sociais e que propicie o controle do Estado por parte da sociedade, esta erigindo-se sujeito, antes que em objeto das políticas estatais .

NOTAS:

1. In "Ideólogos Autoritários e Teorias Sobre o Autoritarismo: Uma Síntese Crítica"- Artigo publicado na Revista "Filosofia Política" n° 3^a. Porto Alegre, LE PM, setembro 1987.

2. CALDERÓN, Fernando. " América Latina: Identidad y Tiempos Mixtos". Artigo publicado em "David y Goliath" revista do CLASCO n° 52 - México/Buenos Aires - setembro de 1987.

3. Op. cit.

4. In "1964 - A Conquista do Estado". Petrópolis, ed. Vozes, 1981. 814 p.

5. WEFORT, Francisco. "Por Que Democracia?" São Paulo, ed. Brasiliense, 1984. 133 p.

6. "Vivo en Brasil": Entrevista com Francisco Weffort" In " David y Goliath cit. p. 16.